

SEGURANÇA

Monitoramento: Câmara revoga licitação de R\$ 11,4 milhões

PREGÃO. A Câmara de São José dos Campos revogou a licitação para contratação de um serviço de monitoramento por câmeras. O pregão, que estava suspenso desde fevereiro, foi oficialmente revogado três meses depois pelo presidente da Câmara, Robertinho da Padaria (Cidadania). No aviso de revogação, Robertinho alegou que a medida foi tomada “para melhor atender o interesse público, em razão da pandemia do Covid-19, que motivou a antecipação de recursos financeiros ao Poder Executivo” - em abril, a Câmara devolveu R\$ 4 milhões à Prefeitura para reforçar ações de enfrentamento ao coronavírus. A licitação tinha valor máximo de R\$ 11,4 milhões. Uma empresa chegou a fazer proposta de R\$ 4,5 milhões, mas foi desclassificada por não apresentar todas as amostras exigidas no edital. Segundo o Legislativo, não está prevista uma nova licitação para o serviço esse ano. ■

VEREADORES

Câmara vota projeto que desconta salário por falta

PAUTA. A Câmara de Taubaté deve votar na próxima terça-feira (30) o projeto que prevê desconto do salário do vereador que faltar a uma sessão. O desconto, segundo o texto, seria de 5% do salário por falta, o que representaria R\$ 418,19, do total de R\$ 8.363,90 que os parlamentares recebem.

Segundo dados da própria Câmara, os vereadores somaram 234 faltas não justificadas nos primeiros três anos da atual legislatura: em 2017 foram registradas 86 faltas não justificadas em 71 sessões; e em 2018 foram 86 ausências em 65 sessões; e em 2019, 62 faltas não justificadas em 59 sessões, entre ordinárias, extraordinárias e solenes - algumas delas em um mesmo dia.

Pela regra atual, a única punição prevista no regimento, em caso de faltas, é a cassação do mandato, mas isso só seria aplicado se um parlamentar deixasse de comparecer a pelo menos um terço das sessões ordinárias do ano, o que nunca ocorreu. ■

MOBILIDADE ESTUDO APONTOU QUE SIMPLES OTIMIZAÇÃO SEMAFÓRICA TERIA EFICÁCIA SEMELHANTE À DO ARCO

Trânsito no Arco ficará saturado a partir de 2025

Laudo pericial feito a pedido da Justiça apontou que ponte estaiada perderá ‘qualidade de suas funções’ daqui a quatro anos e meio, e que transporte público será prejudicado

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Julio Codazzi
@juliocodazzi



Liberado para o tráfego no fim de abril desse ano, o Arco da Inovação, uma das principais vitrines do governo Felício Ramuth (PSDB), “perderá a qualidade de suas funções já a partir de 2025” - ou seja, em quatro anos e meio já não será capaz de desafogar o trânsito no local.

A conclusão é do Departamento da Área de Engenharia Ambiental e Urbana da UFABC (Universidade Federal do ABC), que a pedido da Justiça realizou uma perícia para avaliar a capacidade funcional da obra.

A perícia foi feita no processo em que o Ministério Público e a Defensoria Pública contestam, justamente, a eficácia das duas pontes estaiadas, que foram construídas em formato de ‘X’ para ligar a Avenida Jorge Zarur às avenidas São João e Cassiano Ricardo, na zona oeste de São José dos Campos.

A perícia comparou quatro cenários: um sem qualquer intervenção; um apenas com otimização da programação semafórica; um com adequações semafóricas e outras obras viárias, excluídas as pontes; e outro com as pontes estaiadas.

A perícia concluiu que o Arco da Inovação, que custou R\$ 60,972 milhões (25,6% mais do que o previsto) e foi concluído em 22 meses (com oito meses de atraso),



Perícia. Arco da Inovação foi liberado para tráfego em abril. MP e Defensoria questionam sua eficácia

tem capacidade de absorver apenas 12% a mais de veículos do que o cenário que contava apenas com otimização semafórica.

Além disso, a perícia concluiu que o Arco, além de não propiciar ganhos ao transporte público, ainda deve aumentar o tempo das viagens de ônibus em 23% até 2028.

ANÁLISE.

À Justiça, o defensor público Jairo Salvador apontou que o estudo comprova que a obra foi direcionada ao transporte individual, “contrariando os princípios da Política Nacional e Municipal de Mobilidade Urbana”.

Para o promotor Gustavo

Médici, o laudo pericial comprova que, por não realizar os estudos necessários, o governo Felício optou por um projeto “ineficiente” para o local. “Acabou-se por produzir obra de arte extremamente dispendiosa, mas com reduzido e efêmero impacto positivo sobre o tráfego local”, disse Médici, que destacou que “pequenos ajustes” - como alterações nos semáforos e mudanças viárias - “teriam o condão de tornar completamente desnecessária a obra”.

Protocolada em dezembro de 2018, a ação visava impedir a construção do Arco. Como a obra já foi concluída, o MP pede agora que o governo Fe-

licio seja obrigado a realizar um projeto básico e executivo para prever um conjunto de intervenções para tentar evitar a saturação de tráfego em 2025 e o prejuízo ao fluxo do transporte coletivo.

Questionado pela reportagem, o governo Felício afirmou que “está analisando o laudo e se manifestará no próprio processo judicial”.

No último dia 24, o juiz Silvio José Pinheiro dos Santos, da 1ª Vara da Fazenda Pública, deu prazo de 10 dias para a Prefeitura se manifestar. Citando “a complexidade e extensão” do laudo pericial, o município pediu para o prazo ser ampliado para 30 dias. ■

INOVAÇÃO INAUGURADO OFICIALMENTE EM JUNHO DE 2016, ESPAÇO CONSISTE EM ÁREA TOMADA POR MATO

Parque Tecnológico completa 4 anos... de mato

NADA. O Parque Tecnológico de Taubaté completa nesse domingo quatro anos de existência. Mas, embora tenha sido inaugurado oficialmente no dia 28 de junho de 2016, o espaço permanece em uma situação bem diferente da que se esperava. Em vez de manter centenas de empresas, com geração de empregos e inovação, a área de 731.000

m² no Distrito Industrial do Una não foi palco de nenhuma atividade nos últimos 48 meses. E o pior: o governo Ortiz Junior (PSDB) não tem nenhuma previsão de quando esse espaço, que hoje consiste em uma área tomada por mato e sem nenhuma construção, receberá qualquer atividade. Entre 2014 e 2016, o espaço recebeu obras de terraplenagem, pórtico, in-



48 meses. Área do Parque Tecnológico sem atividades

fraestrutura, placas de sinalização e identificação. O investimento foi de R\$ 3,98 milhões, sendo R\$ 300 mil da Prefeitura e o restante de empresas. Desde 2016, nada andou. O restante das obras, das fases dois e três, não tem sequer projeto executivo. Sem isso, a Prefeitura nem sabe quanto precisará investir no espaço. Dividida em 472 lotes, a área não tem nem estrutura de água e esgoto. O governo Ortiz culpa a crise financeira de 2014 e o atual cenário econômico mundial pelo fracasso do projeto. ■